

A retomada das mulheres cosmológicas e originárias: protagonismo das mulheres indígenas nos núcleos do poder das pautas políticas e sociais no Brasil e no mundo

El retorno de las mujeres cosmológicas y originarias: el protagonismo de las mujeres indígenas en los centros de poder políticos y sociales en Brasil y en el mundo

The Women's Re-established: cosmological and original protagonism of indigenous women at the guidelines of centers of power social and political in Brazil and in the world

AUTORES

**Maria Clara
Multini Belchior***

mariaclara.belchior@gmail.com

**Célia Regina
Rossi****

celia.rossi@unesp.br

* Mestra do programa de pós-graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Universidade Estadual Paulista (Unesp, Brasil).

** Professora doutora Livre Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Universidade Estadual Paulista (Unesp, Brasil).

RESUMO:

O artigo é composto por um arcabouço teórico unido à um relato de experiência no campo da fotografia, e tem como objetivo refletir e provocar sobre a mulher indígena brasileira e sua representação contemporânea. Investigando suas pautas de luta durante a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas Território: nosso corpo, nosso espírito, realizada em Brasília - Distrito Federal no dia 13 de agosto de 2019. Questionamos o olhar colonizador sobre seus corpos e identidades, sua cosmovisão, seu modo de vida. Busca refletir sobre pautas importantes no âmbito político, econômico e social e de que forma prática e organização destas mulheres, coincidem com emergências de novas construções no cerne do núcleo do poder. Quem são essas mulheres cosmológica e originária, que retomam seus locais sagrados e resistem há mais de cinco séculos no Brasil. A experiência faz parte de um campo de observação e coleta fotográfica que compõem parte da dissertação de Mestrado, que estuda a representação da mulher indígena contemporânea brasileira, buscando a compreensão e tradução de sua força e tradição, através da visibilidade material proporcionada pela Fotografia e métodos de análises fotográficos consistentes, que deem conta de abarcar toda a complexidade que pode existir na tradução de uma mulher indígena.

RESUMEN:

El artículo se compone de un marco teórico unido al relato de una experiencia en el campo de la fotografía, y tiene como objetivo reflexionar y provocar sobre la mujer indígena brasileña y su representación contemporánea. Investigando sus pautas de lucha durante la 1ª Marcha de las Mujeres Indígenas Territorio: nuestro cuerpo, nuestro espíritu, celebrada en Brasilia - Distrito Federal el 13 de agosto de 2019. Cuestionamos la mirada colonizadora sobre sus cuerpos e identidades, su visión del mundo, su forma de vida. Buscamos reflexionar sobre pautas importantes en las esferas política, económica y social y de qué forma la práctica y organización de estas mujeres coinciden con la emergencia de nuevas construcciones en el ámbito del poder. ¿Quiénes son estas mujeres cosmológicas y originarias, que regresan a sus lugares sagrados y han resistido durante más de cinco siglos en Brasil? La experiencia forma parte de un campo de observación y recogida de fotos que constituye el Trabajo Fin de Máster que estudia la representación de mujeres indígenas brasileñas contemporáneas, buscando la comprensión y traducción de su fuerza y tradición a través de la visibilidad material proporcionada por la fotografía y métodos consistentes de análisis fotográfico, que cubren toda la complejidad que puede existir en la traducción de una mujer indígena.

ABSTRACT:

This article consists of a theoretical framework linked to a photography experience in the field of photography and aims to reflect and provoke a Brazilian indigenous woman and her contemporary representation. Investigating their fight guidelines during the 1st Indigenous Women March Territory: our body, our spirit, held in Brasília - DF on August 13, 2019. We question the colonizing gaze on their bodies and identities, their worldview, their way of life. It seeks to reflect on important agendas in the political, economic, and social spheres which constitute the practice and organization of these women, which coexist with emergencies of new constructions in the core of power. Who are these cosmological and original women, who return to their sacred sites and have resisted for more than centuries in Brazil? The experience is part of an observation and photo collection field that is part of the master's thesis, which studies a representation of contemporary Brazilian indigenous women, seeking an understanding and translation of their strength and tradition, in addition to the material visibility provided by photography and consistent photographic analysis methods, which consider covering all the complexity that can exist in an indigenous woman.

1. Capturar o mundo

Desde seu nascimento, a fotografia divide opiniões quanto à sua prática, uso e construção. Alguns entusiastas e outros mais pessimistas compartilharam a concepção que considerou, por muito tempo, a fotografia a mais perfeita imitação da realidade (Dubois, 2012, p. 26). Justificada por sua natureza técnica e procedimento mecânico que automatizava o processo em fazer aparecer uma imagem durável por muito tempo, julgou-se a fotografia neutra e totalmente isenta de intenções e intervenções do artista/fotógrafo que as produzia.

Essa condição de neutralidade e legitimidade pode também ser consequência de sua prática definitiva nascer no berço do movimento Iluminista nos séculos XVII e XVIII, que destituiu Deus e o Encantamento da centralidade do pensamento com a dissolução dos mitos e da substituição da imaginação, o saber racional e científico. A racionalidade (neutra) tomou seu lugar com sentido único e absoluto para a validação do conhecimento humano, assim, a Natureza gradualmente foi perdendo seu fator de encantamento e ameaça ao homem, sendo sobreposta pelo pensamento racional e técnico da sociedade industrial (Silva, 2005).

Poucos sabem, mas a evolução das técnicas até a prática da fotografia foi um experimento químico que buscava a fixação em chapas metálicas com a combinação de reagentes químicos com uso destinado a outros experimentos científicos, sem a pretensão de trazer algo à “verdade” pela imagem. É curioso observar as semelhanças entre a própria definição da fotografia, Photo - Luz /Grafia - Escrita, preservada em si, numa câmara clara - que abarca a luz e revela o mundo - e como esta, metaforicamente, conversa com o próprio conceito do Iluminismo. Sob a ideia da iluminação, clarear algo que estava escondido, revelar, tal como o processo químico fotográfico o faz: desnudando, desvelando e demonstrando novos olhares e perspectivas sobre o mundo e enquadramentos da vida humana e temas.

Dois grandes vanguardistas da História da Fotografia, Joseph Niépce e Louis (1765-1833) e Jacques-Mandé Daguerre (1787-1851), determinaram dois caminhos para o futuro da fotografia por motivações pessoais distintas. Niepce estava motivado por sua arte na litografia¹ e sua pesquisa mais técnica de fixação da imagem obtida pelo aparato; enquanto Daguerre, decidia por tornar a novidade da imagem fixada em algo que fosse útil e comercializável para um maior público, nos ares sociais e de diversão:

na década de 1830 como resultado da feliz conjugação do engenho, da técnica e da oportunidade. Niépce e Daguerre - dois nomes que se ligaram por interesses comuns, mas com objetivos diversos - são exemplos claros desta união. Enquanto o primeiro preocupava-se com os meios técnicos de fixar a imagem num suporte concreto, resultado das pesquisas ligadas à litogravura, o segundo almejava o controle que a ilusão da imagem poderia oferecer em termos de entretenimento (afinal de contas, ele era um homem do ramo das diversões) (Mauad, 1996, p. 74).

Nestes quase dois séculos da história do uso social da fotografia, muitos foram os elementos e atores que compuseram e se dedicaram a sua prática, adicionando estudos, técnicas, processos, metodologias e temas ao seu memorial. A fotografia permitiu a possibilidade de entretenimento, estudos artísticos e científicos, e continua se reafirmando como elemento determinante nos campos da comunicação e das práticas das relações humanas e sociais (as redes sociais hoje são saturadas de imagens), tornando-se imprescindível no campo do comércio e vendas, fonte pedagógica em livros e materiais didáticos e, até mesmo, fonte de educação informal e veículo de informação nos contextos de troca de mensagens entre aplicativos de comunicação online.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura ameríndia;
poder feminino;
decolonização;
fotografia.

PALABRAS CLAVE

Cultura ameríndia;
poder femenino;
descolonización;
fotografía.

KEYWORDS

Latin American
cultures;
female power;
decolonization;
photography.

Recibido:
29/05/2020

Aceptado:
28/12/2020

Como sinalizou Benjamin (2017, p. 70), parafraseando Baudelaire “O analfabeto do futuro será aquele que não souber ler as fotografias, e não o iletrado”, pois já pressupunha o poder da fotografia como um processo da formação dos sujeitos e sua capacidade crítica de leitura do mundo e dos fatos. Ele também nos convoca a refletir sobre o a funcionalidade social da Fotografia, mais do que sua veste de arte, visto que sua execução é capaz de aprofundar temas que podem constranger e provocar mudanças do campo do poder, e também suportar práticas científicas quando se propõe como observador direto de um fato ou processo do mundo, seja de temas vinculados à natureza ou os que tratem das relações humanas.

A composição de uma fotografia depende de muitos elementos que existem nela mesma em seu ato-produção²: tema, abertura de diafragma, velocidade do obturador, recorte, a intenção - e muita lapidação estética. Todos os elementos técnicos se amalgamam com as ideologias e valores da(o) fotógrafa(o) que a produz, e decididamente, das condições inerentes ao momento em que ela se fixa como um ato único (químico ou físico) que fraciona, mutila, atinge o Tempo.

Para Dubois (2012, p. 162) é necessário que consideremos a lógica de que qualquer fotografia é um golpe (uma jogada) onde existem objetivos mais ou menos definidos, mas que acabam por conduzir o ato de fotografar a uma espécie de jogo de sorte e azar, que busca sempre algum tipo de performance visual deste recorte do tempo e do tema.

No século XIX, sua prática criou um grande alvoroço junto ao meio artístico, ainda predominantemente naturalista, que via o papel da Arte eclipsado pela fotografia, com sua capacidade de reproduzir o real com qualidade técnica irrepreensível, e por isso deixaria em segundo plano qualquer tipo de pintura (Mauad, 1996, p. 75). Em contrapartida, outro grupo de artistas intelectuais e pessoas ligadas à cultura da época, contestavam seu uso mecânico, justificando que seria possível transgredi-lo e causar à fotografia um afastamento dessa fidelidade do real, dando margem e liberdade para a outras construções e representações, conforme reflete Mauad:

Compreender que entre o objeto e a sua representação fotográfica interpõe-se uma série de ações convencionalizadas, tanto cultural como historicamente. Afinal de contas, existe uma diferença bastante significativa entre uma carte de visite e um instantâneo fotográfico de hoje. Por fim, há que se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’ (Mauad, 1996, p. 75).

Na fotografia contemporânea, destaca-se a sua capacidade versátil em comunicar temas provocadores que nos impregnam, comovem, nos tiram de um certo lugar e nos fazem pensar. Enfim, a Fotografia nos desafia a olhar com o sentimento e a sentir com o olhar.

Um dos mais atuais exemplos da potência que a fotografia se institui como narradora histórica de fatos e temas, foi a entrega do Prêmio da Paz do Comércio Livreiro Alemão ao fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, uma das premiações literárias mais prestigiadas da Alemanha e do mundo, concedido pela Federação do Comércio Livreiro Alemão. A recompensa é uma das mais importantes premiações do setor cultural na Alemanha, entregue desde 1950 no último dia da Feira do Livro de Frankfurt³. Em 2019, foi conferido ao fotógrafo o prêmio por “ser um artista visual, que promove a justiça e paz sociais e, confere urgência ao debate mundial sobre a proteção da natureza e do clima”, conforme discurso dos organizadores do evento.

Sendo amplamente reconhecida como uma fonte importante de material documental, a fotografia se consagra enquanto instrumento de análise e reflexão de temas de importância central do mundo, como a economia, religião, política, sociedade, por isso, o reconhecimento a Salgado como um escritor da realidade de alguns temas desse debate, reforça ainda mais essa potência da fotografia, conforme palavras do presidente da Federação, Heinrich Riethmüller:

Sebastião Salgado, nos dá a chance de compreender o planeta como ele é: um habitat que não pertence somente a nós e que deve ser preservado urgentemente (Carta Capital, 2019, s/p).

A produção fotográfica atual é aceita muitas vezes como enunciadora legítima de tudo que ela captura, sob a tutela do rigor do crivo factível e científico, com poder documental de grande relevância, inclusive investigativa, conforme afirma Kossoy (1999, p. 36). Destoante do texto escrito que, pela sua ação repentina de uma única palavra pode passar da descrição à reflexão, a Fotografia possui uma operação imediata de saber etnológico, que fornece detalhes e acesso a uma coleção completa de informações e contingências, conforme nos aponta Barthes (2015, p. 31).

Mesmo quando em uma produção (fotográfica técnica) documental, reside a produção de conhecimento e de sentido e, conseqüentemente uma elaboração e julgamento (representação) do que significa o “outro” (tema/objeto). Por isso, observamos que durante o período colonial brasileiro a fotografia foi responsável por imprimir noções racistas e fortaleceu preconceitos e distorção dos sujeitos em circunstâncias históricas, conforme nos revela Kossoy (2007, p. 58).

É fundamental perceber que determinadas imagens etnográficas tratam-se de produtos ideológicos etnocentristas e racistas (...) para isso serviu o registro fotográfico antropológico: como instrumento de afirmação de uma ideologia colonialista de dominação e controle e de reafirmação da superioridade racial (Kossoy, 2007).

Este artigo, que inclui uma breve amostra fotográfica produzida pela autora, pretende exercitar o olhar e atenção do leitor e leitora deslocando-os em diferente perspectiva, para além das palavras dos livros de história escolares. Através do recorte histórico contemporâneo dos povos indígenas e narrativa fotográfica é possível atualizar e aprofundar o olhar e o conhecimento acerca das mulheres indígenas brasileiras, e, dessa forma, pretendemos descascar vernizes coloniais que estejam impregnados em suas representações atuais. As impressões e as representações esbranquiçadas na fotografia dos últimos dois séculos, envernizadas em estereótipos do pensamento eurocêntrico, que foram sendo impregnadas nas produções do pensamento e dos saberes no Brasil colônia e república, podem conter muitos preconceitos e manipulações de poder. Conforme afirma Sontag (2004, p. 45) o ato fotográfico é semelhante a um lugar de poder, pois se assemelha ao conhecimento e saber, logo, ele pode manipular a História como bem desejar. A intenção deste artigo é refletir sobre a representação folclórica e exótica das mulheres indígenas e, progredirmos para novas representações destas ‘sujeita’ da história e da construção do mundo, em sua autonomia e modo de viver.

2. A Índia que só existiu no conto folclórico

A imagem da Índia folclórica brasileira, do corpo nu, que seduz e é subalterna ao colonizador, a feiticeira mágica, persiste até os dias de hoje, infelizmente. O senso comum⁴, ainda utiliza a denominação “Índia” para se referir a qualquer mulher/garota de etnia/povo indígena.

Conforme nos lembra Jobim (2019, p. 112) no Brasil, o mito do descobrimento do Brasil, ainda hoje reproduzido nas escolas brasileiras, mantém a sociedade brasileira mais propensa a se identificar com o europeu branco, representado na figura do colonizador, ante à figura ancestral de suas raízes indígenas. Esse processo histórico homogeneizante e neutralizador, anula qualquer manifestação plural e reafirmação de identidade destes povos. Supondo uma grosseira analogia, seria o mesmo que chamar italianas, portuguesas, espanholas e francesas por simplesmente “europeias”, negando todas as diversas formas e manifestações que essas possuem distintamente entre si, por suas culturas, línguas, cosmovisões, política, traços físicos etc.

Conforme já discutido por Grubits (2014, p. 13), o poder feminino e sua influência nas comunidades indígenas se revelaram extremamente fortes e significativos dentro destas sociedades, de grande participação política e importância social entre os seus e na vida pública, como em setores da saúde, direitos legais, meio

ambiente, denúncia de violência e, até mesmo debates acadêmicos sobre pesquisas e epistemologias nas Ciências Sociais mais recentemente. Se faz necessário explicar aos não indígenas que a luta dos povos indígenas, e destas mulheres, é pelo direito ao seu território, seu tekoha⁵sagrado, sua existência plena em sua terra sagrada. Este movimento político de luta pela demarcação de terras é conhecido por Retomadas Indígenas, e ocorre em todo território brasileiro desde a década de 1980. Ele nasce a partir da movimentação política espontânea e horizontal de vários povos indígenas que desejavam recuperar seus territórios sagrados, que lhes foram retirados pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos.

Para o indígena, sem o Tekoha não há uma plenitude de si mesmo, o que o faz se sentir desapropriado de si mesmo e desligado de sua existência quando não habita este lugar. O território representa não somente um espaço de convivência e sobrevivência, mas especialmente um processo em seu modo de ser totalmente vinculado a terra (natureza), com uma profunda ligação ancestral e de organização social amalgamada a ele (território). Quando o indígena é privado ou desvinculado da sua terra, as consequências podem ser extremas, como a perda de identificação e manifestação do ser indígena (Souza, 2013, p. 10). O mesmo ocorre para as mulheres indígenas, pois sem seu tekoha elas não podem existir plenamente, já que a conexão delas com a terra é vital e indissociável. O corpo e espírito indígenas são indissociáveis de seu território sagrado, seu tekoha, e por isso sua existência também está imbricada à terra, conforme explica Pereira & Mota (2012), a exemplo dos povos Guarani-Kaiowá, que habitam a região do Mato Grosso do Sul:

Tekoha significa o lugar onde é possível reproduzir o modo de ser Guarani e Kaiowá. O prefixo Teko representa um conjunto de normas e costumes, enquanto o sufixo Ha dá conotação de lugar. Assim, se o Tekoha é o lugar onde é possível a reprodução do modo de vida Guarani e Kaiowá, é necessário considerar que sem Teko não há Tekoha, mas também, que sem Tekoha não há Teko (Mota & Pereira, 2012, p. 05).

A demonstração atual mais recente dessa força política feminina das mulheres indígenas, foi a realização da 1ª Marcha das mulheres indígenas que aconteceu no dia 13 de agosto de 2019, em Brasília (Distrito Federal, Brasil). Durante a marcha, estavam presentes mulheres de 113 povos todo Brasil e países vizinhos e estima-se um número de três mil mulheres presentes no total, conforme dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Sob o tema *Território: meu corpo, meu espírito*, a marcha começou às 9h00 da manhã, partindo do estacionamento da Fundação Nacional das Artes (Funarte), e terminou em frente ao Congresso Nacional. O evento durou três horas, aproximadamente, e por toda sua extensão foi conduzida por lideranças indígenas, conclamando temas de direitos e reivindicações dos povos indígenas. Quando uma das lideranças, a Sônia Guajajara⁶ entoou com voz potente e forte “PISEM FIRMES, PARENTAS! PISEM FIRME, QUE HOJE BRASÍLIA É NOSSA!” neste momento, de fato, a marcha iniciou, e todas as indígenas devolveram gritos e palavras em seus dialetos, confirmando que iriam seguir juntas, fortes e sagradas. Muitas foram às manifestações de resistência ao governo de Jair Bolsonaro, em defesa da natureza, direitos indígenas e violações cometidas pelo governo: processos ilegais de espoliação e demarcação de terras indígenas, saúde indígena, violência contra a natureza (queimadas, rompimento de barragens, mineração) e sobre a falta de diálogo com o governo atual, que ignora e incita o genocídio dos povos indígenas. No dia 22 de abril de 2020, o ministro da Educação, Abraham Weitraumb, em uma reunião ministerial proferiu palavras que demonstram a postura do atual governo em relação aos povos indígenas:

Odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo. Odeio. (...) Só tem um povo nesse país. Quer, quer. Não quer, sai de ré. É povo brasileiro, só tem um. (...) Acabar com esse negócio de povos e privilégios (Revista Veja, 2020, s/p).

Uma das falas constantes durante a marcha era em defesa da Amazônia, da segurança da floresta frente aos anseios do agronegócio e aumento progressivo do desmatamento ilegal em áreas de proteção. Alertando especialmente sobre a importância de nos incluirmos neste movimento de defesa das nossas florestas e natureza, pois as consequências seriam para todos, e não apenas para os povos indígenas. Na semana

seguinte, no dia 21 de agosto de 2019, a cidade de São Paulo e seu entorno foram surpreendidos pela massa de fumaça negra vinda dos incêndios cometidos por fazendeiros criminosos da região da Amazônia, transformando a cidade em noite, no meio da tarde⁷. Cerca de quatro mil quilômetros dividem São Paulo da região dos incêndios.

A amostra de fotografias da 1ª Marcha que compõem uma narrativa das mulheres e líderes políticas presentes na marcha demonstrará um pouco visualmente o evento descrito. Seria inadequado afirmar que este artigo contempla todas as identidades das mulheres indígenas brasileiras, pois seria necessário um extenso arcabouço teórico multidisciplinar a fim de compreender cada povo indígena presente no evento, respeitando sua cosmovisão singular.

Para começar a compreender como se expressa e vive cada povo é preciso reconhecer seu sistema de organização social próprio (cosmovisão) amplamente diferente do nosso modelo ocidental capitalista. A cosmovisão indígena é um tecido social sob o qual o modo de vida indígena se realiza. Para cada povo existe uma singular cosmologia, embora algumas possuam congruências e semelhanças, cada uma é exclusiva em visão de mundo, práticas, crenças e manifestações. São reproduzidas e transmitidas - sempre por meio da oralidade - toda a tradição sagrada, os saberes da terra e do plantio, a cartografia do território, lições sobre a natureza, espíritos da floresta, ritos e lições; ensinados aos indígenas desde a tenra infância em suas aldeias “no universo indígena, os ventos sopram para fortalecer o espírito; por isso, o ato de narrar configura um tecido de vozes da tradição” (Graúna, 2013, p. 127)⁸. A cosmovisão é algo como a ética e os códigos sociais do modo de vida indígena, a base sobre a qual a vida indígena prospera e resiste:

a cosmovisão é dinâmica e não envolve somente o ser humano nesse espaço, muito pelo contrário, ele é coletivo, portanto, a relação se apresenta no tempo-espaço como categoria que envolve a vivencialidade imediata, concreta, podendo viver na prática o conhecimento e os ensinamentos dos ancestrais, onde o espaço-tempo do passado está presente no tempo atual de diferentes formas, que tanto pode estar relacionado com os acontecimentos do cotidiano, como os acontecimentos relacionados com a espiritualidade (Barbosa, 2011, p. 78).

Essa anulação de outros modos de vida promovida pela colonização, compõe um projeto de Poder Capitalista que, conforme demonstra Mignolo (2016, p. 03), foi consolidado e executado mediante uma matriz colonial de poder nas Américas, que mantinha domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e por fim, do conhecimento (saberes) e subjetividade (identidade e referências culturais e sagradas). Em detrimento desse projeto, as cosmovisões indígenas permaneceram sendo excluídas dos debates por direitos e legitimidade das pautas indígenas no Poder do Estado brasileiro. As consequências desse sufocamento das vidas comprometeram a apropriação de sua narrativa autêntica na história e construção do saber, promovendo uma exclusão da produção científica e literária das cosmovisões indígenas, como reação contra-epistemológica do pensamento decolonizador. Conforme a indígena Graça Graúna (2013, p. 71), ao longo da história, os povos indígenas vivenciaram a impossibilidade de escrever livremente em sua própria língua, e por isso, a memória oral é a única possibilidade de o indígena guardar, pelo menos, parte da história.

Para aprender o conhecimento ancestral, o índio passa por cerimônias, que são celebradas e iniciações para limpar a mente e compreender o que nós chamamos de tradição, que é aprender a ler os ensinamentos registrados no movimento da natureza interna do ser (...) Para o índio, toda palavra tem espírito (Jacupé, 2020, p. 18)⁹.

A literatura indígena possui vasta referência à sabedoria e à importância das mulheres nas práticas milenares em seus povos, conforme um dos trechos do livro “A queda do céu”, escrito em coautoria com o cacique Davi Konapawa do povo Yanomami:

Os xapiri [espíritos da floresta] homens se apaixonam por elas [mulheres xapiris] sem dificuldade! (...) Eles se juntam com muita pressa para segui-las, vindos de todos os lados, cada vez mais numerosos.

Nunca dançam sozinhos, entre eles. (...) Os espíritos homens só ficam mesmo felizes de fazer sua dança de apresentação quando se juntam com as mulheres xapiri! É por isso que são sempre elas as primeiras a dançar, como nossas mulheres, nas festas reahu. Os espíritos homens respondem ao seu chamado e seguem seus movimentos. (...) São mesmo muito apaixonados por elas! Não fosse isso, os xapiri não se apressariam tanto para dançar! (Kopenawa 2016, p. 130).

O protagonismo da mulher indígena demonstra tanta relevância mundial que, desde 2018, a ONU Mulheres articula projetos que fomentam a mobilização social e política dessas mulheres no Brasil e no mundo “O projeto fortalece a atuação de mulheres indígenas em espaços de decisão dentro e fora de suas comunidades” (ONU, 2018, s/p). Segundo os dados da APIB (2020), nas eleições municipais deste ano de 2020, as candidaturas indígenas subiram cerca de 27% em todos países, que conta com pleito recorde de mulheres que representam de 49% do total de candidatas (UOL, 2020). Essa maior participação em eleições é uma reação dos povos indígenas frente às ameaças e perdas de direitos sofridas nos últimos anos. Conforme Graúna (2014, p. 32), até 2013, existiam mais de 73 organizações indígenas registradas em cartório. Atualmente, já são mais de mil organizações indígenas e, desse total, cerca de 9% são organizações de mulheres:

Cada qual à sua maneira, local ou regionalmente, as mulheres indígenas têm se organizando coletivamente para lutar pela demarcação de seus territórios, pela geração de renda, contra todo tipo de violência, e, fundamentalmente, pela manutenção dos valores e direitos de seus povos. (...) estão traçando e ampliando sua participação em organizações próprias, somando com o movimento indígena e ampliando as conquistas de suas demandas específicas (Gomes (2020, s/p).

A participação das mulheres indígenas ocorre desde os anos 1980, mas tem se intensificado na última década, e por isso merece ser retratado devidamente atualizado, honesto e firme como a sua luta. É essa revelação que propomos na próxima seção, onde mostraremos algumas fotografias da marcha das mulheres indígenas.

3. Método de revelação: análise e interpretação das fotografias

Conforme Negro, a insurgência de discursos próprios dos indígenas, por exemplo na literatura indígena, deve fortalecer laços entre os povos através de uma “sabedoria antiga, cujos ecos ainda estão pedindo reforço em palavras e imagens” (2019, p. 11). Neste sentido, esta pesquisa reforçará, para além das palavras, uma representação da mulher indígena contemporânea, nos despedindo da índia folclórica dos séculos passados, e percebendo esta mulher política e organizada.

A narrativa fotográfica desta pesquisa servirá de suporte para a investigação e análise da representação da mulher indígena no campo da fotografia, tendo como referência a Boris Kossoy (1999), quem, em seus estudos adaptou os conceitos de iconografia e a iconologia utilizados por Panofsky (1955) nos campos das artes visuais, para as especialidades do universo fotográfico.

Em Panofsky (1955) existe uma divisão entre forma, tema e significado e, por isso, a análise interpretativa deve ser executada procedida em duas etapas: análise iconográfica e iconológica. A análise iconográfica para Panofsky (1955, p. 48), existe em dois processos: o de formas e temas e o de significado, os quais ele denomina por temas primários e secundários. O tema primário (ou natural), também chamado de pré-iconografia, consiste na identificação das formas aparentes e puras do objeto de análise, que seriam suas cores, formas, contrastes, linhas, sem contextualização de época ou simbologias de tradições; enquanto que o tema secundário (ou convencional) elevaria a análise para uma combinação dos motivos artísticos com assuntos conceitos, atrelados a significadores simbólicos de época, moral, temas religiosos, histórias e alegorias (Panofsky, 1955, pp. 50-51). A terceira etapa da análise interpretativa, para o autor, estaria contida nos significados intrínsecos das imagens, e revelariam sua força e interpretação baseadas no contexto histórico e período de sua criação. A interpretação iconológica requer algo a mais que a familiaridade com conceitos, formas ou temas, sendo, portanto, uma síntese da interpretação aplicada na iconografia.

1. Pré-iconográfica: constitui o fato, a forma do fato, o mundo dos motivos (tema narrativo, como definido no artigo “mulheres indígenas”).
2. Iconográfica: constitui o mundo das imagens, histórias e alegorias, se relaciona com simbologias e temas familiares que se conectam.
3. Iconológica: significado intrínseco ou conteúdo, que demonstram os valores “simbólicos escondidos” ou temas provocadores. Requer suporte literário e informações externas à imagem para síntese da interpretação.

Para Boris Kossoy (2007 pp. 58-60), a iconografia pode reconstituir os elementos visíveis que compõem a fotografia, ao passo que, a iconologia, pode agir como uma minuciosa recuperação das informações codificadas (invisíveis) dentro desta imagem. No caso da representação da imagem fotográfica, “ver, descrever e constatar não é o suficiente” por isso, somente a iconografia seria insatisfatória à compreensão que desejamos produzir neste artigo, logo, se faz necessário uma maior imersão nas fotografias expostas, para a compreensão do recorte em toda sua complexidade (iconologia). Destarte, será preciso garantir uma análise e reflexão para um plano além da leitura iconográfica, e adentrar também, para as interpretações iconológicas, que se desenvolveu em outras camadas de significação, para além do senso comum e do olhar colonizador, esbranquiçado da História brasileira. Portanto, analisamos as fotografias selecionadas na ânsia de revelar os elementos invisíveis, a fim de traduzir a realidade e o contexto da marcha histórica, ressignificando o protagonismo das mulheres indígenas além do verniz colonial que as impregnaram.

Os caminhos da fotografia caminham (...) acompanhando, relatando, interpretando e produzindo um conhecimento gráfico e imagético, complementar ou tradutor de compreensão da História, garantindo uma espécie de democracia de todas as experiências (Sontag, 2004, p. 18).

As legendas de cada imagem pretendem auxiliar na análise iconográfica de temas secundários, complementando a leitura das fotografias, e indicando quais pontos salientamos para esta leitura; desejam guiar o olhar para o ponto de resistência e potência das mulheres indígenas durante a sua marcha, e claro, nos situar no tempo e espaço que as fotografias foram produzidas.

3.1. A fotografia que revela

A seguir, faremos uma caminhada com alguns recortes da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas, com cenas que nos movem à análise do significado do evento e sua importância na história do Brasil e nos permitem ressignificar nossos olhares e representações das mulheres indígenas.

a) Pisadas firmas e sábias

Considerando os aspectos iconográficos, lemos ambas as fotografias como um grupo de pessoas que caminha, juntos e unidos, na mesma direção. É possível observar alguns grafismos e roupas que revelam sua identidade indígena. Há cores de urucum vermelho e tinta preta pelos corpos; mas não conseguimos ler o que os grafismos comunicam porque faltam informações sobre seus significados (Panofsky, 1995; Kossoy, 2007).

Na Imagem 2, partindo para a análise iconológica, é possível afirmar que o grupo é do povo Pataxó, que habita a região litorânea no estado da Bahia (Brasil), conforme mapeamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) (2020, s/p). É indispensável nesta etapa iconológica, ressaltar a importância do evento em si, quando a marcha acontece, para compreender que os presentes caminham pela via do “Eixo Monumental de Brasília” (principal avenida da capital brasileira) sob a chamada da líder Sônia Guajajara, que pede a elas firmeza na ação e coragem para iniciar a caminhada por direitos indígenas. Os grafismos nos corpos dos indígenas são memórias culturais, como uma maneira de guardar uma síntese do ensinamento trazido de seus ancestrais (Jacupé, 2020, p. 33). Cada cor e desenho tem um sentido próprio, conforme descreve a indígena Sulami Katy:



Imagem 1. Momento em que Sônia Guajajara grita “Pisem firmes, parentas”, os pés batem em ritmo e tremem o chão. Fonte: Clara Belchior, 2019.



Imagem 2. Grupo de mulheres do povo pataxó, segurando seu cajado coletivo. Fonte: Clara Belchior, 2019.

o vermelho da semente de urucum que usamos no corpo simboliza o sangue que corre em nossas veias e a vida que acontece por meio dele. (...) o preto do jenipapo simboliza a seriedade, o respeito pela sabedoria e pela coragem (Sulami Katy, 1978, pp. 47-48).

Há algo muito mais amplo na manifestação de povos indígenas e não apenas uma manifestação étnica com símbolos etnográficos. Nossa compreensão ainda é superficial quanto à ancestralidade contida em cada passo dado junto e na revolução que contém o chamamento de Sônia Guajajara no enfrentamento do governo federal. Os pés na imagem com grafismos, também nos falam a partir de suas vozes silenciadas.

b) Contramovimento e reforma agrária

Na Imagem 3, vemos logo nos temas primários e secundários, a presença de pessoas não indígenas, com símbolos de outras organizações e sem qualquer identificação de grafismos indígenas.

Porém, a leitura mais aprofundada deve contemplar a revelação destas pessoas não indígenas e suas motivações para estarem na marcha, como os integrantes do Movimento Sem Terra (MST), que demonstra as lutas imbricadas entre mulheres indígenas e mulheres camponesas. A questão agrária do Brasil tem sido marcada por grandes embates entre as populações camponesas e os empresários do agronegócio, mas não é uma luta exclusiva deste momento histórico atual.

O MST nasceu na década de 1980 como um contramovimento frente à elevada e histórica concentração fundiária no Brasil: “a concentração e improdutividade possuem raízes históricas, que remontam ao início da ocupação portuguesa no século 16. Combinada com a monocultura para exportação e a escravidão (...) as raízes da desigualdade social que atinge o Brasil até os dias de hoje” (MST, 2020, s/p). Este movimento despontado pelo MST, que luta pelo direito à distribuição de terra e uso de terras improdutivas, se conecta à luta dos povos indígenas por território, pois ambos enfrentam dificuldades semelhantes: o Estado brasileiro que favorece setores privados do agronegócio, que desrespeitam as comunidades tradicionais, suas demarcações e direitos adquiridos historicamente. É importante enfatizar a



Imagem 3. Marcha em andamento, junto com as indígenas, seguem apoiadores de outros movimentos sociais. Fonte: Clara Belchior, 2019.



Imagem 4. Gerações que lutam. A força da oralidade e tradição.
Fonte: Clara Belchior, 2019.



Imagem 5: Poder, tradição e o protagonismo feminino sagrado.
Fonte: Clara Belchior, 2019.

revolução alimentícia e de conservação da natureza que estes dois grupos promovem em seus territórios, em contrapartida à devastação causada pela agropecuária de alta escala no Brasil, que causa desmatamento, poluição dos rios e outros estragos irreversíveis à terra (MST, 202, s/p).

Hoje, o MST é considerado o maior produtor orgânico da América Latina e referência mundial de produção de sementes crioulas e plantio de orgânicos. Estes dois grupos promovem a reforma agrária no Brasil e fortalecem a distribuição da terra, transformando paisagem do país.

c) Ancestralidade, força e tradição

Na Imagem 4 vemos mulheres indígenas de várias gerações de mãos dadas caminhando na mesma direção, de boca entreaberta como se dissessem algo. Possuem cocares, tiaras e grafismos indígenas. Na Imagem 5, as líderes da marcha estão em cima de um caminhão principal, de onde discursam e apontam objetos para o céu. Também usam cocares, tiaras e até um chocalho, que podemos supor ser um instrumento de reza, de uso sagrado.

Ambas as fotografias demonstram claramente que são mulheres indígenas, com seus adornos e identidades indígenas bem declarados e postos na marcha. Também podemos conferir as intervenções de grafismos feitas nas roupas de pano usadas por algumas na Imagem 4, que demonstra uma apropriação positiva e intervenção nas vestimentas. Conforme descrito anteriormente, os grafismos são importantes para a expressão do corpo indígena e sua cultura. Não há uma escrita de grafismo que não possua um significado, seja de força, seja por proteção “Nós temos essa força, mulheres, vamos nos unir. O planeta, o mundo, está doente. E nós temos a oportunidade de trazer essa cura, vamos curar esse mundo junto com a gente”, conclui Watakakalu, com o corpo todo pintado com os grafismos do Xingu. As mulheres mais velhas nos fazem refletir sobre a importância dos mais velhos nas comunidades indígenas. Para os povos indígenas, o diálogo com os mais velhos lhe conecta com os ancestrais, e garante que todos aprendem sobre as lições e histórias sagradas, conforme demonstram alguns trechos da literatura indígena:

Gravem na memória esta história sagrada. Porque um dia serão vocês a contar para os seus filhos. E depois, seus filhos contarão para seus netos. E a história vai vingar de geração em geração, porque é parte do nosso corpo material e espiritual (Diakara, 2019, pp. 81-82).

Na Imagem 5, as líderes organizadoras da marcha, Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Cristiane Julião Pankararu, emitem as palavras de defesa dos povos, contra o governo federal, o presidente Bolsonaro e sua política genocida contra os povos indígenas brasileiros. Emitem também palavras em defesa da Amazônia, direitos à saúde indígena, e a perda de direitos indígenas em 2019. “Os povos indígenas são

o alvo número um desse governo”, explica Célia Tupinambá. O desmatamento e invasões aos territórios indígenas dispararam. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), houve um aumento de 216% em julho dos alertas de desmatamento na Amazônia, em comparação ao mesmo mês do ano de 2019. “É um desenvolvimento burro. Daqui uns dias você vai ter que comprar oxigênio” (Roman, 2019, s/p).

Podemos analisar a iconologia dos objetos nas mãos das mulheres indígenas: chocalho e cajados espirituais e o celular. A tecnologia do não indígena e a tradição milenar indígena podem coexistir e serem forças que se auxiliam, se complementam, se unem para um fim positivo a todos. As conexões das líderes com o Sol, ou com o satélite que envia sinal ao celular, tem o mesmo objetivo: afirmar-se no mundo, reivindicar direitos e ser sua própria protagonista na sua história. “A colonização tentou apagar o sagrado feminino”, afirma Angélica Domingos, também indígena do povo Kaingang.

A mulher indígena tem o papel de transmitir o conhecimento para outras gerações. Está transmitindo esses saberes, esses valores, que a gente vai tá passando para nossas crianças. (...) Precisamos dialogar e fortalecer a potência das mulheres indígenas, retomando nossos valores e memórias matriarcais para podermos avançar nos nossos pleitos sociais relacionados aos nossos territórios (Roman, 2019, s/p).

4. Não se nasce mulher indígena, torna-se

Adaptando a famosa frase de Beauvoir (1980, p. 11) “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, propomos uma construção da representação da mulher indígena dentro de nosso estudo. Nascer índia, desde a perspectiva da representação embranquecida não é bom, mesmo assim durante muito tempo, as mulheres indígenas foram representadas dessa maneira na história oficial. Por isso, a provocação de que elas precisam se tornar indígenas, pois quando a história assume que são povos indígenas, esta denominação demarca toda uma construção potente e política, de respeito à sua pluralidade e igualdade de direitos. No âmbito desta investigação, a negação dos povos indígenas nos âmbitos culturais, dos seus saberes, poderes e tradições, de certo modo, pôde ser reconfigurada com a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Manifestações como essa, retiram essas mulheres de suas comunidades locais, muitas vezes isoladas, e as coloca no ponto central do debate decisivo, da política, do Estado brasileiro, e mais próximas de seus direitos como sujeitas do mundo e cidadãs brasileiras.

O desconhecimento frente à diversidade de povos, seus grafismos e cosmovisões, nos afasta de suas sabedorias milenares, consciência e relação ética com a natureza. Observamos as urgentes pautas mundiais em relação ao meio ambiente e preservação da natureza para sobrevivência do ser humano, porém, para estes povos, já estão internalizadas em seu modo de viver, e há séculos são promovidas por eles. A sua forma coletiva de viver, demonstrada pela união durante a marcha ressonante de suas vivências, nos leva a pensar em como a nossa sociedade ocidental, cada vez mais individualista e consumista, poderia se beneficiar desse exemplo, conforme Jobim:

É forçoso reconhecer que essa distinção, essa separação cultural, essa não identificação com as questões indígenas e afro, associada à mentalidade individualista do modelo ideológico econômico do capitalismo em um país com uma democracia frágil como o Brasil, leva a impedimentos graves para a construção ou transformação social com vista à solidariedade (Jobim, 2019, p. 112).

A sua tradição e modo de viver sempre ocorrem no compartilhamento do mundo com os demais, seja pelo sagrado ou práticas diárias, como moradia, alimento e tarefas diárias. Cada membro da comunidade deve se doar para que coletivamente alcancem o seu objetivo. Neste contexto ímpar de pandemia mundial de Covid-19 em 2020, acentuar práticas coletivas requerer a ética individual dentro da coletividade das cidades e nações, é imprescindível para a sobrevivência da humanidade. No Brasil, movimentos importantes de solidariedade coletiva, incluindo entre empresas, foram decisivas para a garantia da vida e segurança das

“Os empresários nos perguntam o que podem fazer para colaborar [solidariedade] (...) a pandemia despertou um sentimento de comunidade que estava adormecido nas últimas décadas” (Kafruni, 2020, s/p). Também emerge das fotografias analisadas a evidente capacidade de articulação política com outras instituições e movimentos políticos tradicionais brasileiros e internacionais, como a Organização das Nações Unidas e o MST, que sobrepõem a atualidade polarizada das maiores democracias do mundo.

Reforçamos aqui, a potência contida neste movimento de mulheres indígenas único e inédito na história do Brasil, pois, além de refletir e repensar quais são as representações preconceituosas e envernizadas em tantos estereótipos colonialistas sobre a tal Índia folclórica, revelamos as suas estratégias e ações de seu modo de vida, que podem ser extremamente úteis para a transformação da nossa sociedade. Finalmente, a reflexão sobre esta mulher cosmológica e originária que pode ser uma das principais transformadoras de pautas de políticas públicas, econômicas e sociais em nossa sociedade; sejam elas em dimensões nacionais ou internacionais, mas sempre presentes no centro da discussão do poder ou nos debates periféricos. Como dito por Célia Xakriabá durante a marcha, um mundo sem mulheres indígenas terá comida, mas não terá sementes.

NOTAS

¹ Litografia: trata-se de um método de impressão a partir de imagem desenhada sobre base, em geral de calcário especial, conhecida como “pedra litográfica”. Após o desenho feito com materiais gordurosos (lápis, bastão, pasta etc.), a pedra é tratada com soluções químicas e água que fixam as áreas oleosas do desenho sobre a superfície. A impressão da imagem é obtida por meio de uma prensa litográfica que desliza sobre o papel. Recuperado de [<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5086/litografia>]. Consultado [02-05-2020]

² Ato-produção: termo designado pela autora para dar sentido de dois processos unificados em si mesmos. Enquanto se produz a fotografia, há um ato deliberado captado pela câmera simultaneamente produz e age.

³ Sebastião Salgado recebe prêmio. Carta Capital. Recuperado de [<https://www.cartacapital.com.br/cultura/sebastiao-salgado-recebe-premio-da-paz-dos-livreiros-alemaes/>>]. Consultado [21-04-2020]

⁴ “Para o senso comum não é imprescindível que apresente um parecer científico para que se confirme o que é dito, é um conhecimento informal que origina de conceitos de um apurado indivíduo ou grupo que é analisado segundo o efeito que causa nas pessoas”. Recuperado de [<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/senso-comum-em-ciencias-sociais/48387>]. Consultado [12-03-2020].

⁵ Em guarani, a palavra “tekoha” quer dizer “o lugar onde somos o que somos”. Justamente, para os indígenas de várias regiões do Paraguai, o significado dessa palavra vai além de uma questão territorial. Para eles, a terra não é apenas o lugar onde pisamos, mas também onde seus costumes são desenvolvidos e preservados (*El País*, 2015).

⁶ Sônia Guajajara - Senadora, Ativista e Liderança Indígena (Terra Indígena Arariboia, Maranhão). É formada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão.

⁷ A fumaça negra em São Paulo foi uma situação inédita e deixou os moradores da cidade aterrorizados. Recuperado de [<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/19/fumaca-de-queimadas-na-amazonia-e-em-paises-vizinhos-chega-aos-ceus-do-sul-e-do-sudeste-do-brasil.ghtml>]. Consultado [20-03-2020].

⁸ Graça Graúna [e escritora indígena do povo potiguara (RN). Doutora em Teoria literária (UFPE) e pós-doutora em Educação, Literatura e Direitos Indígenas (UMESP).

⁹ Kaká Werá Jacupé é escritor indígena do povo txukarramãe. Autor do livro *A terra dos mil povos* (2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Articulação dos povos indígenas do Brasil (APIB). (2020, 15, out). *Candidaturas indígenas*. Recuperado de [https://apiboficial.org/2020/10/15/movimento-indigena-apresenta-candidaturas-nas-eleicoes-2020]. Consultado [13-11-2020].
- Barbosa, A. C. A. (2011). *Educação da criança na revitalização da identidade indígena*. Dissertação de mestrado. Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, Santa Catarina, Brasil.
- Bathes, R. (2015). *A câmara clara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1980). *O Segundo Sexo* (S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Benjamim, W. (2017). *Estética e sociologia da arte* (J. Barreto, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Carta Capital. (2019). *Sebastião Salgado recebe prêmio da paz dos livreiros alemães*. Recuperado de [https://www.cartacapital.com.br/cultura/sebastiao-salgado-recebe-premio-da-paz-dos-livreiros-alemaes/]. Consultado [21-04-2020].
- Campanha de Mulher. (2020). *Sônia Guajajara*. Recuperado de [https://campanhademulher.org/sonia-guajajara/]. Consultado [01-05-2020].
- Dubois, P. (1993). *O ato fotográfico e outros ensaios*. Campinas: Papirus.
- Fundação Nacional do Índio (Funai). (2020). *Site*. Recuperado de [www.funai.gov.br]. Consultado [02-02-2019].
- Gomes, S. (2020). *Organizações de mulheres indígenas no Brasil e protagonismo*. Recuperado de [https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/organizacoes-de-mulheres-indigenas-no-brasil-resistencia-e-protagonismo]. Consultado [10-11-2020].
- Graúna, G. (2013). *Contraponto da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições.
- Grubits, S. (2014). Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. *Revista Psicol. Soc.*, 26(1), 116-125.
- Itaú Cultural. (2017). *Litografia*. Recuperado de [http://enciclopedia.itaucultural.org.br/termo5086/litografia]. Consultado [02-05-2020].
- Jacupé, K. W. (2020). *A terra dos mil povos*. São Paulo: Peirópolis.
- Jobim, M. B. (2019). Direitos das comunidades tradicionais: a construção de uma sociedade solidária como resultado de uma hermenêutica plural. *Revista de Estudios Brasileños*, 6(13), 103-114.
- El País*. (2015, 05, jul). Indígenas do Paraguai recuperam seu “tekoha”, que é terra e vida. Recuperado de [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/05/internacional/1436105747_370857.html]. Consultado [02-04-2020].
- Kopenawa, D., & Albert, B. (2015). *A queda do céu* (B. Perrone-Moisés, Trad.). Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Kossoy, B. (1999). *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Kossoy, B. (2007). *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Kafruni, S. (2020, 22, mar.). *Pandemia de COVID19 desperta solidariedade em empresas de todo país*. Recuperado de [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/03/22/internas_economia,835844/pandemia-de-covid-19-desperta-solidariedade-nas-empresas-em-todo-o-p.shtml]. Consultado [13-11-2020].
- Mauad, A. M. (2020, 26, mai.). Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, 1(2), 73-98. Recuperado de [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf].
- Mota, J., & Pereira, L. (2012). O movimento étnico-socioterritorial guarani e kaiowá em Mato Grosso do Sul: atuação do Estado, impasses e dilemas para demarcação de terras indígenas. *Boletim da Luta*, 02-25.
- Movimento Sem Terra (MST). (2020). *Página web*. Recuperado de [https://mst.org.br/]. Consultado [13-11-2020].
- O Globo*. (2020). Fumaça de queimadas na Amazônia e em países vizinhos chega aos céus do sul e do sudeste do Brasil. Recuperado de [https://g1.globo.com/natureza/noticia/2019/09/19/fumaca-de-queimadas-na-amazonia-e-em-paises-vizinhos-chega-aos-ceus-do-sul-e-do-sudeste-do-brasil.ghtml]. Consultado [20-03-2020].
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2018). *Mulheres Indígenas*. Recuperado de [http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/]. Consultado [26-05-2020].
- Panofsky, E. (1955). *Significado nas Artes visuais*. São Paulo: Perspectiva.
- Portal da Educação. (2020, 12, mar.). *Senso comum em Ciências Sociais*. Recuperado de [https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/senso-comum-em-ciencias-sociais/48387].
- Silva, W. M. (2005). *Direito indígena e direito indigenista*. Recuperado de [https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=17127]. Consultado [26-05-2020].

Revista Veja (2020, 26 mai.). Ódio de Weintraumb pelo termo povo sindígenas contraria a Constituição. Recuperado de [<https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/odio-de-weintraub-pelo-termo-povos-indigenas-contraria-a-constituicao/>]. Consultado [26-05-2020].

Sontag, S. (2004). *Sobre Fotografia* (R. Figueiredo, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.

Souza, J. G. (2013). A questão indígena: acumulação por espoliação e monopolização do território (a economia política do Agronegócio). *Prima Facie* (1-42). João Pessoa.